



CIEA7 #27:

IMPACTO DA FORMAÇÃO E COOPERAÇÃO AO NÍVEL DO ENSINO SUPERIOR
NAS DINÂMICAS AFRICANAS CONTEMPORÂNEAS.

Maria da Luz Ramos[©]

mluzramos@gmail.com

A política de formação de quadros e o capital cultural dos altos funcionários públicos cabo-verdianos

A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde tem passado por um acentuado investimento na formação dos seus recursos humanos, desde a expansão e democratização do ensino básico até à recente criação da Universidade estatal. A aposta numa política de formação de quadros teve de contar com a cooperação com outros países, dada a inexistência de ensino superior nas ilhas e à incapacidade financeira para a sua implementação.

Nesta apresentação, pretende-se demonstrar que uma das consequências do investimento na educação foi a constituição de uma elite cujo traço comum é a sua formação académica adquirida fora das ilhas e a capacidade técnica desenvolvida na chefia dos serviços públicos. Desse capital cultural faz parte toda a experiência que conseguiram amealhar no estrangeiro durante o seu período de estudos universitários, debatendo-se com obstáculos linguísticos, culturais, financeiros e, até, identitários, os quais representam uma riqueza adicional ao seu perfil enquanto dirigentes da administração pública cabo-verdiana.

Educação, Capital cultural, Elite burocrática, Cabo Verde.

[©] UTL – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o arquipélago de Cabo Verde tem vindo a ser apontado como um exemplo de desenvolvimento no contexto africano. Isento de quaisquer cenários de conflitualidade étnica, militar ou política, o país tem-se centrado, desde a sua independência em 1975, no combate à pobreza e na busca de soluções para ultrapassar as suas vulnerabilidades como o clima altamente desfavorável à agricultura, a ausência de recursos naturais e a insularidade. Graças às ajudas obtidas através da cooperação e de organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, as Nações Unidas (ONU), entre outros, Cabo Verde tem construído algumas infra-estruturas como vias de comunicação, saneamento básico, escolas, entre outros. Os resultados positivos e os níveis de crescimento originaram elogios por parte do FMI e levaram o Conselho Económico e Social das ONU a decidir que a partir de 2004 o arquipélago passaria a ser considerado “país de desenvolvimento médio”, deixando, então, de pertencer ao grupo dos Estados menos avançados. Na prática, tal significava um reconhecimento do esforço para atingir certos objectivos e, simultaneamente, um novo e importante desafio no sentido de manter o estatuto elevando a competitividade da economia cabo-verdiana. Para tal o país tem de contar essencialmente com os seus recursos humanos, conforme tem sido uma constante na História das ilhas.

Nos seus primórdios, a viabilidade económica desta antiga colónia portuguesa passou pelo comércio de escravos, situação que se manteve até ao século XIX, depois, o governo da metrópole apostou em enviar cabo-verdianos para trabalharem nas roças de São Tomé e Príncipe. De permeio, aproveitou os indivíduos mais letrados para colocá-los no funcionalismo público das outras possessões ultramarinas, por vezes, para exercerem funções de chefia intermédia. Este último aspecto afigura-se assaz relevante no percurso histórico do país e na sua própria dinâmica social, tendo sido determinante na constituição do movimento independentista. Tal prende-se com o facto de, por um lado, o grupo protagonizar uma certa homogeneização étnica, cultural e religiosa, essenciais para os propósitos do movimento, e, por outro, por ter conseguido amealhar um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento da máquina administrativa, o que representava um facto relevante na altura de assumir as rédeas da governação e gerir os serviços do Estado. Aliás, Amílcar Cabral depositava a sua fé nessa burguesia, como classe revolucionária, para concretizar a independência e, de seguida, auto-desmembrar-se transferindo, então, o poder para o Povo, ou seja, para o Proletariado (Silveira, 1991). Não foi o que sucedeu já que o grupo não só se sedimentou nas estruturas da administração pública como alargou a

sua dominação, transformando-se numa verdadeira elite. Esta é, até hoje, elemento essencial em toda a dinâmica social do arquipélago sendo, como se verá em detalhe, fundamental o capital cultural conquistado no seu percurso escolar peculiar.

Para concretizar o processo independentista, o governo cabo-verdiano optou por uma “política de formação de quadros” com o objectivo de dotar os serviços estatais de recursos humanos com qualificações técnicas, por isso, recorreu à cooperação com países parceiros onde os jovens das ilhas poderiam frequentar o ensino superior que, até 2006, era inexistente na sua terra natal. Este parece ser um dos traços mais marcantes do perfil dos funcionários públicos cabo-verdianos já que é através da sua formação técnica que alcançam uma posição de destaque, isto é, a posse de um diploma de estudos superiores faz parte dos padrões de recrutamento da elite que tem sido protagonista no processo de desenvolvimento do país e da afirmação deste último no contexto internacional.

A EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

Em Cabo Verde o investimento na educação foi assumido como uma prioridade na altura da independência, tendo como principal objectivo o alargamento da rede escolar. Apesar dos 75% de iliteracia existentes na altura, os cabo-verdianos apresentavam, uma situação bastante mais favorável do que outras antigas colónias portuguesas graças a alguma oferta educacativa criada a partir do século XIX, quer ao nível do ensino básico quer no que concerne ao ensino secundário, com a particularidade de acolher crianças brancas e mestiças. Foi precisamente nos liceus – sobretudo no Seminário-Liceu de São Nicolau e no Liceu Gil Eanes de São Vicente – que muitos dos cabo-verdianos completaram os seus estudos antes de serem enviados para os serviços públicos das restantes possessões ultramarinas lusas no continente africano ou de se deslocarem para Portugal com o propósito de fazerem um curso médio ou superior. Com a independência, em 1975, muitos regressaram ao país e foram assumir funções na administração pública, podendo utilizar em prol do novo Estado emergente, todo o conhecimento e experiência adquiridos anteriormente.

Como foi dito anteriormente, o objectivo principal da política educativa no período pós-independência foi a criação do maior número possível de escolas para que a redução do analfabetismo se tornasse uma realidade. Para além do alargamento da rede escolar o governo também desenvolveu outras medidas de incentivo, como seja, o apoio social escolar através do fornecimento de material didático e de uma refeição quente às crianças oriundas das famílias mais

desfavorecidas (Afonso, 2002). Não só aumentou o número de alunos nas escolas (gráfico nº1) como se verificou um maior envolvimento e responsabilização das famílias no processo formativo das crianças e jovens.

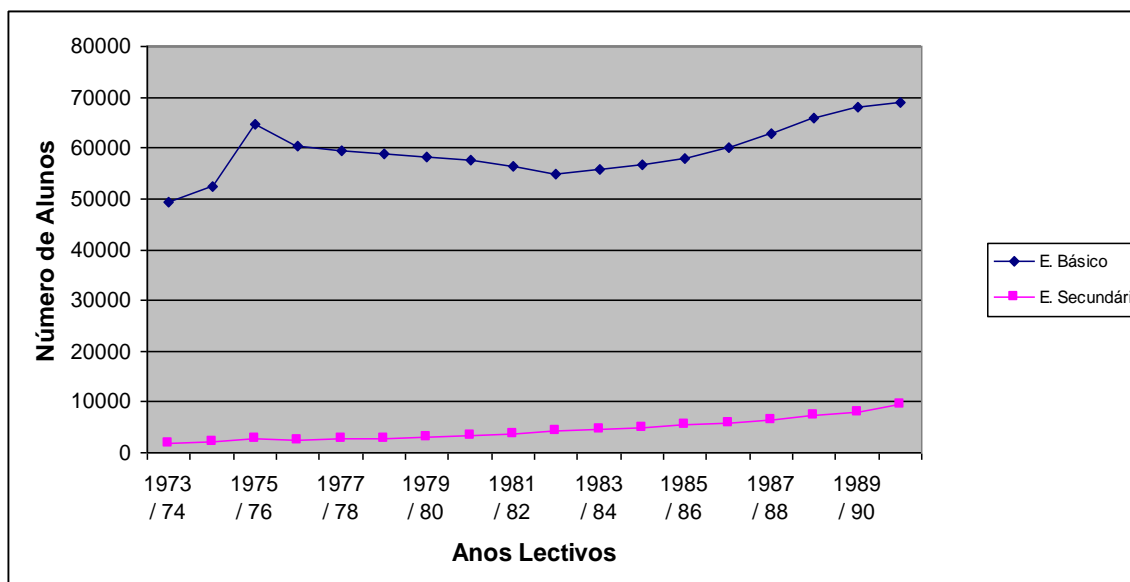


Gráfico 1 – Evolução do Número de Alunos do Ensino Básico e Secundário (1973-1990)
 Fonte: *Ministério da Educação de Cabo Verde, Anuário de Estatísticas Escolares*

A orientação governamental daquele período assumia claramente uma necessidade de valorização dos recursos humanos de modo a que estes últimos representassem um verdadeiro recurso estratégico no progresso e desenvolvimento das ilhas:

A educação das massas no sentido do aumento do nível de educação geral das populações para assimilar os conhecimentos técnicos e económicos indispensáveis ao progresso da produtividade e, portanto, ao desenvolvimento económico de Cabo Verde. Neste quadro, a acção educativa das massas não se resume à alfabetização, cuja erradicação no nosso meio está programado para 1990, mas a todas as acções que poderão ser desenvolvidas no quadro de projectos e programas previstos no Plano e com o apoio das organizações de massas e participação popular (Brito, 1982).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento evidenciam também, a forte aposta na Educação sendo globalmente superada apenas pelo investimento em áreas como “Desenvolvimento Rural”, “Transportes e Comunicações”, “Indústria” e “Habitação, Urbanismo e Saneamento” (quadro nº 1), ou seja, os sectores relacionados com as necessidades básicas da população e de modernização do arquipélago.

SECTORES	1978-1981	1982-1985	1986-1990	1992-1995	1998-2000
Desenvolvimento Rural	27,9	20,2	22	13	19
Transportes e Comunicações	24,1	20,8	19,8	26,5	11,2
Educação e Desporto	3,8	6,7	11,1	13,2	8
Saúde e Bem-estar Social	2,9	2,7	9,4	4,2	14,3
Administração Pública	8,5	7	7,6	4,4	8,9
Construção	4	2,6	6,7	0,3	0
Habituação, Urbanismo e Saneamento	6,6	6,7	5,7	5,8	21,7
Indústria	7	19,5	5,3	8,8	6,5
Energia	5,8	5,9	5	10	0,2
Pesca e actividades afins	5,2	3,4	3,3	6,7	7,6
Turismo	2,3	2	2,8	5,7	0,4
Comércio	1,9	2,5	1	0,3	0
Comunicação Social e Cultura	0	0	0,3	0,4	0,2
Outros	0,7	2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 1 – Investimento Público em Cabo Verde: Planos Nacionais de Desenvolvimento, 1978-2000 (%).
 Fonte: I, II, III, IV, V Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde

Progressivamente, Cabo Verde tem vindo a reduzir de modo acentuado a sua taxa de iliteracia, alcançando valores acima da média da África subsaariana e próximo dos países mais desenvolvidos, visto que cerca de 95% das raparigas e 96% dos rapazes frequentam o ensino básico. Note-se que, entre 1990 e 2000 a taxa de analfabetismo sofreu um decréscimo de 12% (gráfico nº 2). No período considerado registou-se ainda um maior aceso das mulheres à educação escolar.

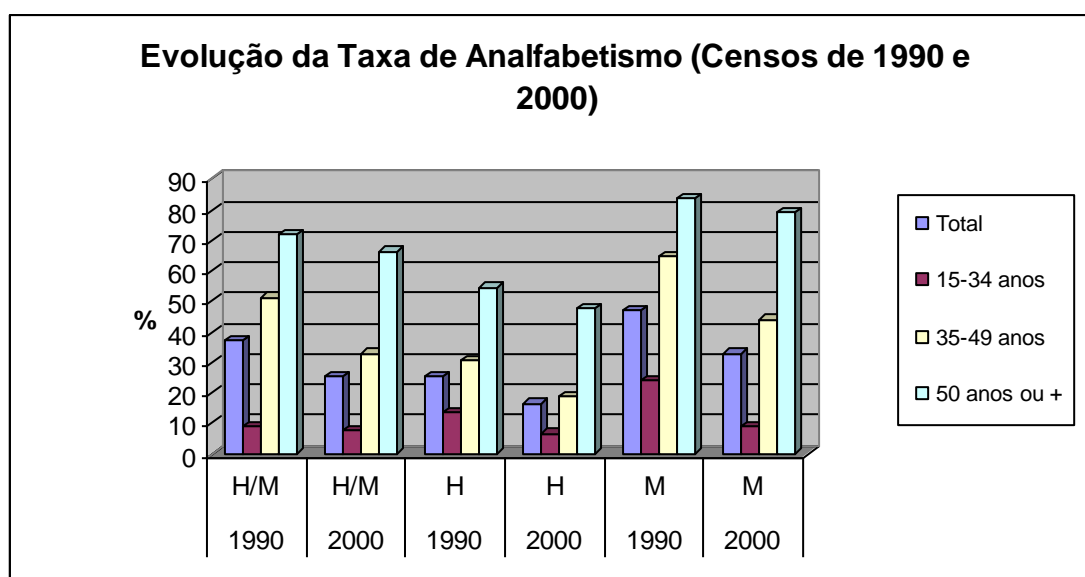


Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Analfabetismo em Cabo Verde, segundo a idade e o género.
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Recenseamento Geral da População de 1990 e 2000)

O combate à iliteracia não foi o único objectivo traçado pelo primeiro governo cabo-verdiano já que a preocupação geral era a valorização técnica da mão-de-obra, traduzindo-se na negociação de bolsas de estudo com países parceiros onde os jovens poderiam frequentar a Universidade. Essa “política de formação de quadros” permitiu que muitos rapazes e raparigas partissem para a ex-União Soviética e outros Estados da Europa de leste, Cuba, África além de se manter um fluxo para Portugal, como sucedia no passado. Uma vez finalizados os cursos regressaram ao arquipélago e foram desempenhar funções na administração pública. De forma gradual e graças à educação o país consolidava a sua pequena burguesia técnica que, entretanto, se transformava numa “burguesia de Estado” (Sardan, 1976). Antes da entrada em funcionamento da Universidade Pública, em 2006, fazer um curso superior significava para os cabo-verdianos, deixar as ilhas e rumar a um país desconhecido onde os estudantes tinham de contornar inúmeras adversidades para concluírem a sua formação. É certo que a partir de 1995 começaram a emergir alguns estabelecimentos privados de ensino politécnico, mas eram vistos apenas como um recurso alternativo sempre que não havia hipótese do jovem frequentar uma Universidade no exterior. Deste modo, os diferentes domínios da actividade económica de Cabo Verde são liderados, maioritariamente, por indivíduos que foram “emigrantes temporários” num país de acolhimento.

Face à implementação do ensino superior público e privado no país, existe actualmente uma maior atenção aos estudos pós-graduados e à investigação científica como forma de incrementar a qualidade do corpo docente das diferentes instituições e também como resultado da própria oferta que se encontra disponível. Num outro domínio, o da formação profissional, há uma maior consciência da sua importância para a melhoria do desempenho dos indivíduos e, por consequência, da sua eficiência e eficácia. Todos estes aspectos reflectem-se no investimento público, conforme se constata nos variados programas com financiamento governamental integrados no Orçamento de Estado para o ano 2009 (quadro nº 2).

PROGRAMA	Valor total (escudos)	% do valor total
Agricultura	1.380.880.637	6,57
Ambiente	616.115.209	2,93
Cidadania	21.266.000	0,10
Comunicação Social	28.944.714	0,13
Comércio	141.600.215	0,67
Cultura	72.000.000	0,34
Demografia	21.226.500	0,10
Desporto	213.000.000	1,01
Educação	1.236.222.055	5,88
Emprego e Formação Profissional	888.530.288	4,23
Energia	1.746.400.000	8,31
Gestão do Recursos Hídricos	663.186.174	3,15
Género	62.757.373	0,29
Habituação Social	367.205.280	1,74
Indústria	11.500.000	0,54
Infra-estruturas e Transportes	6.428.901.321	30,62
Investigação	227.000.397	1,08
Justiça	713.900.000	3,40
Juventude	78.550.000	0,34
Ordenamento do Território	71.027.747	0,33
Participação Política	59.000.000	0,28
Pesca	200.054.430	0,95
Pobreza	793.091.400	3,77
Protecção Social	572.214.681	2,72
Reforma do Estado e Administração Pública	1.799.084.877	8,57
Regulação	81.821.462	0,38
Requalificação Urbana e Habitação	82.000.000	0,39
Saneamento Básico	868.220.000	4,13
Saúde	903.772.928	4,30
Sector Privado	165.000.000	0,78
Segurança	138.252.371	0,65
Segurança Alimentar	25.000.000	0,11
Sistema Financeiro	42.067.522	0,20
Turismo	168.623.103	0,80
TOTAL	20.990.425.684	100,00

Quadro 2 – Programa Plurianual de Investimento Público (Orçamento de Estado para 2009)
 Fonte: Boletim Oficial, I Série, nº 48, Suplemento, 29 de Dezembro de 2008.

A oferta educativa ao nível do ensino superior continua a ser insuficiente para suprir as necessidades do arquipélago, por isso, o governo continua a negociar bolsas de estudo no âmbito da cooperação que desenvolve com alguns Estados. Deve-se frisar que, actualmente, há uma forte procura de formação académica universitária por parte dos estudantes cabo-verdianos, quer a nível interno, quer nas instituições estrangeiras. Tal é bastante mais notório nos estudos pós-graduados, cuja oferta no país é muito incipiente, não existindo corpo docente suficiente e com as qualificações académicas necessárias para orientar alunos de mestrado ou doutoramento. Por isso, o governo das ilhas mantém um esforço diplomático na área da educação para poder melhorar a capacidade técnica dos recursos humanos. No ano lectivo 2008-2009, Portugal era o país que mais financiou mais alunos cabo-verdianos, sendo secundado

pelo Brasil (quadro nº3). Como se vê, a proximidade linguística e cultural assume-se como um factor natural na escolha privilegiada do local para se obter uma graduação ou pós-graduação.

	Licenciatura	Complemento de Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	TOTAL
Portugal	67	3	17	3	90
França	0	0	6	3	9
Macau	3	0	0	0	3
Rússia	12	0	0	0	12
Brasil	38	8	4	3	53
Cuba	25	0	0	0	25
Argélia	4	0	0	0	4
Canadá	1	0	2	0	3
Senegal	11	0	0	0	11
China	8	0	6	1	15
Marrocos	12	0	0	0	12

Quadro 3 – Bolseiros no exterior, por país de acolhimento e segundo o grau de formação (ano lectivo 2008/2009)

Fonte: Anuário de Educação 2008/2009 – Gabinete de Estudos e Planeamento

Para os estudantes que não acederam a bolsas de estudo, o ensejo de obter uma licenciatura ou bacharelato conseguiu ser concretizado na sequência da criação de sistemas de crédito apelativos, alguns dos quais, com apoio governamental. Contudo na viragem para o século XXI a debilidade da situação económica do arquipélago conduziu a uma ruptura das chamadas “bolsas de empréstimo”. Apesar disso, nos últimos anos vários alunos optaram por *estudar por conta própria*¹, recorrendo a apoio financeiro dos pais ou de outros familiares, na plena convicção de que sem formação superior não é possível aceder a um emprego. Mesmo quando as perspectivas de inserção no mercado trabalho parecem reduzidas, os jovens parecem considerar que a feroz competitividade só pode ser vencida por via de uma boa qualificação. Em certos casos, esta já não se cinge somente a uma licenciatura ou bacharelato, pois vários estudantes alargam o seu período de formação no exterior de modo a regressarem com um diploma de curso pós-graduado. Por outro lado, a perspectiva de criação da Universidade Pública tem funcionado – ainda que indirectamente – como mola impulsora para uma qualificação mais elevada e orientada para a investigação científica, a qual poderá ajudar a uma eventual integração no futuro corpo docente da nova instituição pública de ensino superior. Tal

¹ A expressão “estudante por conta própria” é comumente utilizada no meio escolar cabo-verdiano.

como nas de bolsas de estudo, Portugal e o Brasil são os países que concedem maior número de vagas aos cabo-verdianos (quadro nº 4).

	Licenciatura	Complemento de Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	TOTAL
Portugal	352	0	17	3	372
França	0	0	6	3	9
Rússia	12	0	0	0	12
Brasil	207	0	4	3	214
Cuba	25	0	0	0	25
Argélia	4	0	0	0	4
Canadá	1	0	2	0	3
Senegal	11	0	0	0	11
China	8	0	6	1	15
Marrocos	12	0	0	0	12

Quadro 4 – Número de vagas por país de acolhimento segundo o grau de formação (ano lectivo 2008-2009)

Fonte: Anuário de Educação 2008/2009 – Gabinete de Estudos e Planeamento

O governo de Cabo Verde tem mantido uma estratégia de qualificação dos seus recursos humanos com o forte apoio da cooperação internacional através de protocolos de diferente natureza, proporcionando oportunidades de formação, por exemplo, em organismos não-governamentais. Por vezes, a participação em projectos de investigação com organismos internacionais é uma via possível para a realização de Mestrados e Doutoramentos, daí que existam alguns subprogramas que já não se cingem às bolsas de estudo para licenciaturas, providenciando condições para o desenvolvimento futuro de parcerias decorrentes da experiência e contactos estabelecidos.

A FORMAÇÃO ESCOLAR E A CONSTITUIÇÃO DA ELITE CABO-VERDIANA

O perfil de Cabo Verde distancia-se da maioria dos contextos africanos, visto que na altura do seu achamento as ilhas estavam desertas, não existindo, por isso, qualquer tipo de comunidade. Toda a organização social foi gizada pela administração colonial portuguesa que erigiu uma sociedade de raiz, levando para o arquipélago escravos do continente africano. Segundo José Júlio Gonçalves (1958) aos poucos tornou-se possível identificar uma elite europeia e uma elite intermédia. A primeira seria formada pelos colonizadores enquanto da segunda fariam parte alguns cabo-verdianos que evidenciavam um proximidade com os padrões culturais e

comportamentais dos portugueses. Entendia aquele autor que essa acentuada integração étnico-cultural estava a provocar uma fusão entre os dois grupos a ponto da elite cabo-verdiana se transformar numa “elite luso-tropical”.

Em todo o caso, a génese da formação da elite natural do arquipélago está associada à educação, a qual permitiu a vários indivíduos libertarem-se do pesado trabalho agrícola para se dedicarem a outro tipo de actividade cujos dividendos não dependiam dos caprichos do clima ou da falta de recursos naturais. Com o fim do tráfico negreiro, não restavam muitas alternativas do ponto de vista económico, por isso, o conhecimento das letras e dos números acabaria por ser de extrema utilidade para a população local e também para a própria administração local que aproveitou essa mão-de-obra qualificada nos seus serviços administrativos noutras possessões ultramarinas do continente africano. O governo português fomentou a criação da escola primária no arquipélago, ainda no século XIX, contudo, deve-se sublinhar o importante papel que o clero teve na promoção da educação dos cabo-verdianos, facto que não é alheio ao surgimento da elite letrada.

Após uma tentativa falhada, em 1846, de se criar e implementar o Liceu Nacional de Cabo Verde em Santiago, o Seminário da ilha de São Nicolau, em funcionamento, desde 1866, transformou-se em Seminário-Liceu e passou a acolher os rapazes que pretendiam prosseguir os seus estudos, independentemente de qualquer interesse pelo sacerdócio (Afonso, 2002). Conforme refere Elisa Andrade (1996) “Esse Seminário-Liceu favorecia a formação de toda uma geração de funcionários públicos destinados à nova administração colonial indirecta das ilhas, e às necessidades administrativas das outras colónias em África”. Não obstante a vocação eclesiástica daquele estabelecimento de ensino, muitos dos jovens pretendiam abraçar uma actividade profissional sem qualquer relação com a Igreja, por isso, rumavam em direcção a Portugal com o objectivo de acederem a um curso superior. Alguns transformaram-se depois, em médicos, engenheiros, professores, juristas, etc. e regressaram ao arquipélago para exercerem a sua profissão. Ainda houve quem também se interessasse pela literatura a ponto de ficar famoso e fazer parte do primeiro grupo de escritores de nomeada que apareceu nas ilhas. Entre estes contam-se, alguns dos nomes mais emblemáticos da cultura cabo-verdiana como por exemplo, José Lopes da Silva, Baltazar Lopes da Silva, Juvenal Cabral (pai de Amílcar Cabral), António Aurélio Gonçalves. Nascia, assim, a elite intelectual cabo-verdiana.

A fase seguinte surgiu em São Vicente na sequência da extinção do Seminário-Liceu e com a implementação do Liceu Gil Eanes em 1917 (Silva, 1929),

transformando-se no único estabelecimento de ensino secundário em todo o arquipélago até 1960. Para além de promover um ensino laico, teve a particularidade de acolher crianças brancas e mulatas logo no seu primeiro ano lectivo, o que não sucedia em escalas similares de outras colónias portuguesas. Outro aspecto singular foi igualmente a inclusão de crianças do sexo feminino cujo acesso aos estudos secundários estavam vedados no Seminário-Liceu. Foi ainda no Liceu Gil Eanes que alguns proeminentes professores, como Baltazar Lopes da Silva, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, impulsionaram a criação da revista *Claridade* a qual deu origem a um importante movimento cultural que Aristides Pereira, antigo Presidente do país designou de “independência literária de Cabo Verde” (Lopes, 2002). Em suma, aquele estabelecimento de ensino está intimamente ligado à trajectória da elite cabo-verdiana, praticamente, deste a sua emergência.

O CAPITAL CULTURAL DA ELITE DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CABO-VERDIANOS: O CASO DA ILHA DE SÃO VICENTE

O conceito de capital cultural e a sua discussão surge associado a Pierre Bourdieu (1977) tendo por base a desigualdade no sucesso escolar das crianças oriundas de diferentes classes sociais, ou seja, os bons ou maus resultados obtidos pelos alunos estariam directamente relacionados com a pertença a estratos sociais mais ou menos favorecidos. Inspirando-se na abordagem económica defende que os hábitos e as disposições dos indivíduos podem ser geradores de recursos os quais ajudam a aceder a determinadas oportunidades. Como se vê, não se trata de um entendimento de “cultura” como um sistema de normas e valores que cada indivíduo transporta, mas antes o conjunto de elementos simbólicos cujo valor social é variável consoante as exigências do “mercado social”, isto é, da sociedade.

Bourdieu identifica três formas de capital cultural: a primeira esta relacionada com as competências próprias dos indivíduos; a segunda tem a ver com a posse de elementos imbuídos de certo valor simbólico (por exemplo, livros); por fim, refere um “capital institucionalizado” que envolve os diplomas escolares. É esta última forma que vai ocupar a presente comunicação partindo do caso da elite de funcionários públicos de São Vicente (Cabo Verde) que não raras vezes está associada a uma imagem de intelectualidade.

A nossa escolha tem a ver com a importância daquela ilha no contexto do arquipélago, sendo a segunda mais populosa e a única de génese eminentemente urbana; aspectos que estão na base de uma certa rivalidade entre São Vicente e

Santiago onde se localiza a capital política, económica e administrativa do país. Desde os tempos do Porto Grande que a população local tem-se ocupado de actividades fora do âmbito da agricultura, nomeadamente, na indústria do carvão, nas reparações dos navios, no comércio entre outras (Maintel, 1984). Mais tarde, o Liceu daria uma nova dinâmica à ilha não só por receber jovens de outras ilhas, mas sobretudo por toda a intelectualidade que associou à essência do movimento *Claridoso* e à elite do arquipélago que por lá passou, como foi o caso de Amílcar Cabral, o principal fundador do movimento independentista.

Enquanto segunda ilha mais importante do país, São Vicente é também aquela que tem mais serviços públicos desconcentrados além de sediar uma empresa pública e dois institutos públicos. São estruturas cujas actividades estão ligadas aos assuntos do mar, nomeadamente ao nível das pescas, navegação e aspectos de natureza portuária. Por conseguinte, é possível encontrar um grupo considerável de indivíduos que constituem uma elite burocrática, no sentido em que ocupam posições de topo nos serviços do Estado existentes na ilha, nomeadamente delegações de direcções-gerais ou ministérios. No contexto geral da administração pública central posicionam-se ao nível das chefias intermédias, naturalmente com excepção dos dirigentes da empresa pública e dos institutos públicos mencionados anteriormente.

Os dados apresentados nesta comunicação reportam-se a uma investigação realizada em São Vicente na qual foi aplicado o mesmo inquérito por questionário em 2002 e em 2006 a todos o universo, tendo sido obtida uma taxa de resposta de 67% e 53% respectivamente. Também foram realizadas algumas entrevistas a informantes privilegiados e aos próprios dirigentes dos serviços do Estado.

Em primeiro lugar, vamos centrar-nos nas habilitações literárias dessa elite de funcionários públicos (quadro nº 4).

Habilitações Literárias	2002			2006		
	(n)	%	% Cumulativa	(n)	%	% Cumulativa
Curso Completo do Liceu	1	3,1	3,1	3	11,5	11,5
Curso Técnico-profissional	2	6,3	9,4	3	11,5	23,1
Bacharelato	3	9,4	18,3	3	11,5	34,6
Licenciatura	24	75,0	93,8	14	53,8	88,4
Mestrado	2	6,3	100,0	3	11,5	100,0
Total	32	----	----	26	100,0	----

Quadro 5 – Habilitações Literárias da Elite de Funcionários Públicos (em 2002 e 2006)

Os dirigentes dos serviços públicos de São Vicente possuem um nível de habilitações académicas acima dos seus pais (Quadros nºs 6 e 7), sendo bastante notório o facto da maioria dos seus progenitores não possuírem uma qualificação escolar acima do 1º ciclo. As mudanças ocorridas no país e a “política de formação de quadros” parecem estar na base dessas diferenças e evidenciam uma certa democratização do acesso ao ensino superior e a sua valorização social, dado o apelo que o próprio governo pós-independência fez aos jovens no sentido de adquirirem formação técnica e participarem na construção de um novo Estado. Certamente que, as fracas esperanças que o sector agrícola dava terá levado alguns pais a incentivar os seus filhos a optarem pela escola, em detrimento do trabalho na terra.

Habilitações Literárias	N	%	% válidas	% cumulativa
Analfabeto	1	3,8	3,8	3,8
Instrução Primária Incompleta	6	23,1	23,1	26,9
1º Ciclo	11	42,3	42,3	69,2
2º Ciclo	2	7,7	7,7	76,9
5º Ano	3	11,5	11,5	88,5
Curso Completo do Liceu	1	3,8	3,8	92,3
Licenciatura	2	7,7	7,7	100,0
TOTAL	26	100,0	100,0	----

Quadro 6 – Habilitações Literárias dos pais dos membros da Elite de Funcionários Públicos de São Vicente (em 2006)

Habilitações Literárias	N	%	% válidas	% cumulativa
Analfabeta	6	23,1	23,1	23,1
Instrução Primária Incompleta	4	15,4	15,4	38,5
1º Ciclo	9	34,6	34,6	73,1
2º Ciclo	1	3,8	3,8	76,9
5º Ano	2	7,7	7,7	84,6
Curso Completo do Liceu	2	7,7	7,7	92,3
Curso Técnico-profissional	1	3,8	3,8	96,1
Bacharelato	1	3,8	3,8	100,0
TOTAL	26	100,0	100,0	----

Quadro 7 – Habilitações Literárias das mães dos membros da Elite de Funcionários Públicos de São Vicente (em 2006)

Quando comparada a escolaridade da elite de funcionários públicos de São Vicente com a restante população, quer da sua ilha, quer de todo o arquipélago, verifica-se uma posição muito acima da média (quadro nº 8). A maioria fica-se pelo final do Ensino Básico e Integrado (2º ciclo) e apenas, 1,1% dos cabo-verdianos possuía uma licenciatura em 2000. Atendendo à recente expansão do ensino superior no arquipélago crê-se que esse valor terá aumentado, mas não de forma muito exponencial.

INDICADORES (%)	CABO VERDE	SÃO VICENTE	SANTIAGO
Esperança de Vida Escolar (6-24 anos)	11,2	12,0	11,2
Esperança de Sobrevivência Escolar (6-24 anos)	11,4	12,2	11,5
População de 4 anos e mais que nunca frequentou um Estabelecimento de Ensino	17,1	13,6	17,8
População de 4 anos e mais com o EBI	55,6	54,8	54,7
População de 4 anos e mais com o Secundário	18,6	24,2	18,7
População de 4 anos e mais com Curso Médio	0,5	0,7	0,5
População de 4 anos e mais com Curso Superior	1,1	1,7	1,3
Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais)	25,2	19,0	25,8

Quadro 8 – Escolaridade da população Cabo-Verdiana e das Populações de São Vicente e Santiago.
 Legenda: EBI – Ensino Básico e Integrado.
 Fonte: Censo 2000

Os dados apresentados no quadro nº 9 indicam uma correlação estatisticamente muito significativa e de sinal positivo entre o nível de habilitações dos inquiridos e o cargo que desempenham na administração pública. Os dirigentes com formação mais elevada estão, maioritariamente, no topo das hierarquias, embora exista um Director de Serviços que apenas completou o curso do Liceu.

Habilitações	Qual o seu cargo actual?				
	Director-geral	Director de Serviço	Chefe de Divisão	Chefe de Secção	Total
Curso Completo do Liceu	0	1	2	0	3
% no cargo	0%	5,38%	40%	0%	11,5
Curso técnico-profissional	0	0	3	0	3
% no cargo	0%	0%	60%	0%	11,5
Bacharelato	0	15,8%	0	0	3
% no cargo	0%		0%	0%	11,5
Licenciatura	1	12	00	1	1
% no cargo	100%	63,2%	0%	3,8%	53,8%
Mestrado	0	3	0	0	3
% no cargo	0%	15,8%	0%	0%	11,5
(total de casos)	1	19	5	1	26
% no cargo	100%	100%	100%	100%	100%
Pearson Qui-Quardado	80,143				
Phi	1,827				
V de Cramer	0,691				

Quadro 9 – Correlação entre o cargo e as habilitações literárias da Elite de Funcionários Públicos (em 2006)

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	80,143 ^a	56	,019
Likelihood Ratio	51,665	56	,640
Linear-by-Linear Association	5,369	1	,020
N of Valid Cases	24		

a. 72 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,04.

Nível de significância: $p = * \leq 0.10$; $** \leq 0.05$; $*** \leq 0.01$.

Quadro 10 – Teste do Qui-quadrado: correlação entre Cargo e Habilitações Literárias (em 2006)

Um traço comum entre os altos funcionários públicos de São Vicente é, sem dúvida, a sua formação académica de nível superior adquirida fora do arquipélago, o que se explica através da inexistência, até há escassos anos, de ensino médio e superior em Cabo Verde. Como atesta o quadro nº 11, a maioria dos inquiridos estudou no estrangeiro, particularmente em Portugal. A Europa de Leste que logo após a independência representava um importante destino dos jovens que pretendiam

tirar um curso superior, deixou de ter grande representatividade entre a elite em estudo. Em contrapartida, o Brasil assume-se como um novo parceiro do arquipélago em termos de cooperação na área educativa. Tal como Portugal, a língua e alguns traços culturais comuns facilitam a aproximação com Cabo Verde.

País	N	%	% válidas	% cumulativa
Cabo Verde	4	17,4	17,4	17,4
Portugal	9	39,1	39,1	56,5
Europa de Leste	2	8,7	8,7	65,2
Brasil	5	21,7	21,7	86,9
Outro	3	13,0	13,0	100,0
TOTAL	23	100,0	100,0	

Quadro 11 – País onde a Elite de Funcionários Públicos de São Vicente realizou os estudos médios/superiores

Conforme referido, a maior parte dos inquiridos estudou fora do arquipélago, no entanto, contrariamente a alguns dos seus pares de outros países, existe uma dispersão em termos dos estabelecimentos de ensino frequentados (quadro nº12). Veja-se, por exemplo, o caso da formação em Direito obtida em Portugal, mas em Universidades e cidades diferentes. Assim sendo, seria excessivo considerar a existência de um espírito ou sentido corporativo alicerçado em percursos escolares partilhados, como acontece em França, no Reino Unido ou no Japão, cujas elites de funcionários públicos são recrutados, respectivamente, da École Normale d'Administration, das Universidades de Oxford e Cambridge e da Universidade de Tóquio.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PAÍS	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
Escola Industrial e Comercial do Mindelo	Cabo Verde	1
Universidade Gerhardt Mercator - Duisburg	Alemanha	1
Institute National d'Administration	França	1
Instituto Superior Técnico de Economia de Pescas	U.R.S.S.	1
Universidade Estatal de Domiesk	Ucrânia	1
Escola Náutica Infante D. Henrique	Portugal	2
Instituto Superior de Educação Física de Lisboa (U.T.L.)	Portugal	1
Universidade Federal de Minas Gerais	Brasil (11)	1
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	Portugal	2
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	Portugal	1
Instituto Superior de Educação do Mindelo	Cabo Verde	1
Instituto Superior de Economia e Gestão (U.T.L.)	Portugal	1
Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio)	Brasil	1
Universidade Federal do Espírito Santo	Brasil	1
Faculdade de Direito (Universidade de Coimbra)	Portugal	2
Fundação Instituto Osvaldo Cruz do Rio de Janeiro	Brasil	1
Faculdade de Direito da Universidade do Porto	Portugal	1
R.I. College of Providence	Estados Unidos da América	1
Universidade Federal Fluminense de Niterói	Brasil	1
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (U.T.L.)	Portugal	1

Quadro 12 – Instituições de Ensino frequentadas pela Elite de Funcionários Públicos de São Vicente (2006)

A área de formação dos inquiridos não tem uma variação significativa, sendo bastante notória a concentração de indivíduos nos domínios da economia e gestão, provavelmente pela generalidade de conhecimentos adquiridos ao longo da sua escolarização. Entre as áreas mais específicas encontram-se as Engenharias, a par com o Direito e, no conjunto, as Ciências Sociais e Humanidades (quadro nº13). É uma distribuição que está relacionada com os requisitos do próprio país cujo processo de modernização assenta na necessidade de gestores, economistas e engenheiros.

ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA	Número de Funcionários	%
Economia e Gestão	8	33,3
Comunicação e Informação de Aeronaves	1	4,2
Engenharia	4	16,6
Pilotagem Naval	1	4,2
Humanidades	2	8,3
Ciências Sociais e Políticas	2	8,3
Direito	4	16,6
Medicina	1	4,2
Biblioteconomia	1	4,2
Total	24	100,0

Quadro 13 – Área de Formação Académica da Elite de Funcionários Públicos de São Vicente

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A posse de diplomas afigura-se como o recurso mais importante capaz de conduzir a um posicionamento social elevado em São Vicente, mais especificamente na administração pública. A valorização social da educação, de certo modo enraizada na ilha mas também em todo o arquipélago, está directamente ligada aos resultados positivos do investimento na formação dos jovens quer ao nível estatal quer ao nível familiar. Este *capital cultural* institucionalizado e assente no ensino formal tem-se transformado em *capital simbólico* no sentido em que permite o acesso ao poder e, por conseguinte, a uma posição de dominação sobre os demais. As áreas de formação não estão alheias a esse valor amealhado pelos indivíduos e que os posiciona de modo favorável no mercado, visto que, as ferramentas técnicas adquiridas em certos domínios apresentam-se na liderança dos requisitos essenciais para o recrutamento da elite de funcionários públicos.

Um outro ponto a ser enfatizado é, sem dúvida, a dimensão internacional dos dirigentes dos serviços públicos de São Vicente que está, naturalmente, relacionada com os estudos superiores realizados no estrangeiro. Tal permitiu-lhes ter contacto com outras culturas, mas também assistir nesses países a uma dinâmica social, política e económica em períodos particularmente relevantes e relacionados com processos de democratização, intensificação da globalização ou consolidação da sociedade de informação. Estes conhecimentos informais acabam por contribuir para o seu perfil, além de poderem vir a ter extrema utilidade nos cargos que desempenham dada a multiplicidade de cenários e heterogeneidade das situações vividas. Não menos relevante, é também o conjunto das interacções desenvolvidas com a elite intelectual dos países de acolhimento – constituídas pelos professores -, mas também com os futuros membros das diversas elites políticas e sociais, ou seja, os seus colegas. É nosso entendimento que parte do sucesso da diplomacia cabo-verdiana

assenta precisamente na rede de relações sociais estabelecidas pelos jovens durante os seus períodos de estudo em universidades estrangeiras.

Finalmente, importa referir que o capital cultural “herdado” pela elite de funcionários públicos cabo-verdianos é bastante incipiente tendo por base o nível de habilitações literárias dos pais, o que evidencia uma clara mobilidade social intergeracional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de modernidade que o arquipélago de Cabo Verde tem vindo a enfrentar desde a sua independência, em 1975, colocou uma certa pressão nos seus recursos humanos que tiveram de mostrar todas as suas capacidades para concretizar a constituição do novo Estado emergente, autónomo e despojado dos anteriores apoios da administração colonial. A necessidade de dotar o país de serviços públicos que respondessem às demandas dos cidadãos deu o mote para a definição de uma política de formação de quadros através da qual vários cabo-verdianos tiveram oportunidade de tirar um curso superior. Importa realçar que, apesar da entrada em funcionamento da universidade pública no arquipélago, os acordos de cooperação continuam activos e a promover, mais recentemente, bolsas de estudo para doutoramento e mestrado e a integração de indivíduos já graduados em projectos de investigação, o que será altamente relevante para o alargamento do ensino superior no país.

Em Cabo Verde, ao contrário de outros países da África subsaariana, a educação tem-se apresentado como um mecanismo de mobilidade social e não sido um factor gerador de maiores clivagens entre os indivíduos (Heimer, 1990). Neste ponto, as mulheres tendem a constituir o grupo social que mais beneficiou da formação escolar, alcançando cargos de liderança na administração pública – até mesmo no Governo – distanciando-se consideravelmente das suas mães que eram, na sua maioria, domésticas com baixos níveis de escolaridade.

Conforme refere José Luís Livramento (2004), “O cabo-verdiano pode ser um valor acrescentado para o País, desde que devidamente qualificado e capacitado a dois níveis: na educação e na formação profissional”. Neste sentido, após a formação dos primeiros quadros trinta e cinco anos passados sobre a independência do país, o desafio parece ser o da melhoria da qualidade da sua mão-de-obra, para ganhar

vantagens comparativas, mas também a criação de condições competitivas capazes de evitar a “fuga” dos mais qualificados.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, (2002) Manuela, *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*, Spleen Edições / Associação Académica África Debate, Lisboa-Praia.
- Andrade, (1996) Elisa, *As Ilhas de Cabo verde. Da «descoberta» à independência nacional (1460-1975)*, L' Harmattan, Paris.
- Bourdieu, Pierre, (1977), «Cultural Reproduction and Social Reproduction» in KARABEL, Jerome, HLSEY, Albert H. (eds.) *Power and Ideology in Education*, Oxford university Press, New York, pp.487-511.
- Brito, José, (1982) «IV Sessão Legislativa da II Legislatura – 1982» in *Discursos Parlamentares – Assembleia Nacional da República Popular de Cabo Verde*, Praia, 27 de Dezembro de 1982.
- Gonçalves, José Júlio, (1958) «Colóquios de Política Ultramarina Internacionalmente Relevante» in *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Vol. VIII, Ministério do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa.
- Heimer, Franz-Wilhelm, (1990) «Educação e Desenvolvimento em África: o papel problemático das teorias» in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº s 12 e 13, Janeiro-Dezembro, Lisboa.
- Livramento, José Luís (2004), «Os Recursos Humanos Como Vantagem Comparativa em Cabo Verde» in *Estratégia*, número 20, 1º semestre, IEEI, Lisboa.
- Lopes, José Vicente, (2002) *Cabo Verde. Os bastidores da Independência*, Spleen Edições, Praia
- Maintel, Deindre, (1984) «Emigração em Cabo verde: solução ou problema?» in *Revista Internacional de estudos Africanos*, nº 2, Junho-Dezembro, Editora Jill R. Dias, Lisboa.
- Sardan, J. P. Olivier, (1976) «Afrique: qui exploite qui? (à propos de samir Amin bourgeoisies d'État africaines» in *Les Temps Modernes*, Éditions Gallimard, 1976, nº 361, Paris.
- Silva, Adriano Duarte, (1929) «A Instrução Pública em Cabo Verde» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Separata nº 45, Lisboa.
- Silveira, Onésimo, (1991) «A tortura em nome do Partido Único. O PAICV e a sua Polícia Política», in *Terra Nova e Ponto & Vírgula*, Mindelo.